



Subjetividade impressa: a indissociabilidade entre jornalismo e literatura na história da imprensa¹

Renata Marques de Oliveira DELAGE²

Wedencley ALVES³

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG

RESUMO

O presente artigo se propõe a uma breve explanação sobre a história do literário na imprensa, a fim de apontar que, ainda que a objetividade seja exaltada como ideal a ser seguido na contemporaneidade, jornalismo e literatura, ou, ainda, jornalismo e subjetividade, vêm traçando caminhos que com frequência se encontram. Para tanto, foi realizada uma discussão teórica a partir de distintas visões de autores que trouxeram relevantes contribuições à temática.

PALAVRAS-CHAVE: imprensa; literatura; subjetividade.

1. INTRODUÇÃO

Traços literários sempre estiveram presentes nas reportagens jornalísticas, em maior ou menor expressão. Mesmo com as reformas dos anos 50, em que a objetividade passou a ser um ideal enunciado pelos jornalistas, o literário, embora relegado a um segundo plano como marca do texto de impresso, continuou sendo encontrado nas reportagens especiais, nos livros-reportagem, nas matérias de cultura e de entretenimento, nas notícias populares e até mesmo na criatividade dos títulos de matérias ditas objetivas, para não falar evidentemente dos momentos em que ele foi explicitamente evocado, como em publicações como a revista “Realidade”.

¹ Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinares do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 19 a 21 de junho de 2015.

² Graduada em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: renatadelage@gmail.com

³ Doutor em Linguística pela UNICAMP e mestre pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Adjunto III da Faculdade de Comunicação da UFJF. E-mail: wedencley@gmail.com



Dois motivos fundamentais devem ser levantados na tentativa de explicar por que o literário acabou perdendo status no jornalismo, ambos, possivelmente, alegações equivocadas. O primeiro vem da confusão entre literatura e ficção. Isso porque nem todo texto literário é ficcional, como nos provam alguns gêneros, a exemplo de memórias, biografias, relatos de viagem, crônicas jornalísticas, entre outros. O segundo motivo é explicitamente ideológico, no sentido de que marca uma posição política sobre o saber e a verdade: o literário traria a marca de um autor, enquanto o jornalismo, em sua face moderna, principalmente no gênero noticioso, seria absolutamente impessoal e neutro. Ora, a própria reportagem, como gênero, e geralmente assinada, mostra a fragilidade desta crença.

Oswaldo Coimbra (1993) expõe, em seus estudos sobre o texto da reportagem impressa, que não seria correto acreditar que o ponto de vista do autor só está presente nas dissertações. Até mesmo na narração os traços pessoais podem ser encontrados. Para ele, assim como para tantos outros estudiosos da escrita e da leitura, toda narrativa, ou mesmo descrição, contém um pronunciamento – como foco ou ponto de vista – do autor sobre uma dada realidade.

O presente artigo se propõe a uma breve explanação sobre a história do literário na imprensa, a fim de apontar que, ainda que a objetividade seja exaltada na contemporaneidade, jornalismo e literatura – lê-se, ainda, jornalismo e subjetividade – vêm traçando caminhos que com frequência se encontram. Buscamos os momentos em que alguns autores consideram um aparecimento mais contundente de um estilo e marcos que sugerem o advento de outras formas de “categorizar” os estilos jornalísticos. Passamos pelo importante momento da reforma da imprensa nos anos 50 e chegamos à relação entre “literário” e “objetivo”, muito discutida na atualidade.

Vale ressaltar aqui que tais modos de fazer jornalísticos não podem ser vistos



como precursores ou sucessores de outros ou, ainda, que em cada período histórico apenas um estilo fosse utilizado. O que se pretende é sinalizar marcos, importantes à compreensão ampla de uma memória histórico-social.

2. O LITERÁRIO NA HISTÓRIA DA IMPRENSA

A história da imprensa massiva está diretamente relacionada à história do capitalismo. Nelson Werneck Sodré (2006) considera que tal ligação pode ser percebida através da nítida influência exercida pela imprensa no comportamento das massas e dos indivíduos. A sociedade se molda ao que é divulgado, assim como o que é noticiado reflete as mudanças e os costumes de sua época. Tal relação dialética conduz à uniformidade, à padronização, à universalização de valores éticos e culturais. A imprensa que, a princípio, é facilmente controlada por autoridades governamentais, logo passa a se submeter aos interesses de forças econômicas, forças de um capitalismo em ascensão.

Alguns autores, como Ciro Marcondes Filho (2001), acreditam que a influência da literatura no jornalismo esteve mais presente nas chamadas primeira e segunda fases, que correspondem ao jornalismo praticado nos séculos XVIII e XIX. É neste momento, como relembra também Felipe Pena, que escritores renomeados chegam às redações dos jornais, determinando sua linguagem e seu conteúdo, e descobrem o poder do novo meio. “É um de seus principais instrumentos foi o folhetim, um estilo discursivo que é a marca fundamental da confluência entre jornalismo e literatura” (PENA, s/d, p.5).

No Brasil, os jornais da época eram compostos, em sua essência, por serviços e anúncios, como, por exemplo, a venda de escravos. Também podiam ser encontrados artigos de opinião sobre determinados assuntos, como os relacionados ao Império. Mas



ainda no século XIX começa a ser adotada no país uma narrativa mais folhetinesca, mais próxima do modelo francês. O “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro, é um marco no que diz respeito à apropriação desta narrativa mais próxima do realismo.

Retomando o raciocínio da submissão da imprensa ao sistema capitalista, vale ressaltar que a publicação de narrativas literárias elevava o número de vendas dos jornais, o que por sua vez, possibilitava uma consequente diminuição no preço dos exemplares e permitia que um maior número de leitores tivesse acesso ao seu conteúdo.

Consideramos assim, baseado nas afirmações de Pena (s/d), bem como nas colaborações de Silvio Ricardo Demétrio (s/d), que Honoré du Balzac é um dos precursores do Jornalismo Literário, se entendermos este termo como uma incorporação da literatura aos jornais. Ao ver a imprensa como um mal, e defender a monarquia e seu controle sobre os jornais, “Balzac conseguiu articular questões cruciais sobre as quais o jornalismo se constituiu durante as grandes transformações engendradas pela Revolução Industrial”, (DEMÉTRIO, s/d, p.3).

Nos primeiros anos do século XX, as mudanças urbanas na capital da República foram radicais. Em seu prefácio de “Vida Vertiginosa”, coletânea de João do Rio, João Carlos Rodrigues (2006) afirma que o estilo e a produção literária e jornalística do autor estão intimamente ligados às transformações da cidade do Rio de Janeiro. O governo de Rodrigues Alves reuniu nomes como Osvaldo Cruz na Saúde Pública e Pereira Passos na Prefeitura Municipal. Dois principais agentes das mudanças que, se por um lado, violaram os direitos da população mais pobre, por outro, revitalizaram a cidade. A vacinação obrigatória e as demolições no Centro foram algumas das medidas do processo que se arrastou por quase uma década e que, segundo Rodrigues:



Não apenas mudou o cenário urbano, como a mentalidade da população. E para isso foi primordial o papel da imprensa, que abandonou uma paginação provinciana e sem imaginação, para aderir às novidades vindas da Europa. Surgiram assim, as manchetes, os subtítulos, as reportagens, as entrevistas, as charges, as fotografias abundantes, e as caricaturas (RODRIGUES, 2006, p. XIV).

Em 1903, aos 22 anos, começa a trabalhar na “Gazeta de Notícias” Paulo Barreto (ou João do Rio), o rapaz que, ainda segundo o autor, em pouquíssimo tempo se tornaria um dos mais “célebres jornalistas da cidade e do país”. A obra de João do Rio é composta por crônicas engajadas e comprometidas com as questões sociais. Escreveu sobre as transformações de seu tempo, tocando em temas delicados para época, como a emancipação feminina, e conseguiu unir dois gêneros de forma singular. “Há em sua obra uma simbiose interessantíssima entre jornalismo e literatura”, (RODRIGUES, 2006, p. XV).

Nos Estados Unidos, também no século XX, o romance já era aceito como o grande gênero da época. Os verdadeiros artistas literários eram os romancistas. O que antes era visto como produção inferior, superficial e efêmera, logo alcançara status de obra de arte, como propõe Tom Wolfe (1973). O foco na linguagem elaborada estava em alta, o que certamente se refletiria nas redações dos jornais.

“O jornalismo [...] tem todos os elementos que lhe permitem a entrada no campo da literatura, sempre que seja uma expressão verbal com ênfase nos meios de expressão [...]”, afirmaria, ainda nos anos 50, Alceu Amoroso Lima (em reedição de 1969, p.23). O autor afirma que não há como negar ao jornalismo sua entrada no recinto da literatura, concretizando-se como um gênero literário. Para ele, podemos definir jornalismo como “literatura em prosa de apreciação de acontecimentos”.

Deixando de lado o juízo de valores propostos sobre o bom e o mau jornalista, por ele comparado à boa e à má literatura, vale ressaltar que o jornalismo pode ter uma



face estética a ser apreciada, e as manifestações literárias, de valorização de uma narrativa rica, de um vocabulário amplo, vêm permeando as páginas dos jornais desde o surgimento destes.

3. AS REFORMAS DA IMPRENSA NOS ANOS 50

A década de 50 foi um período de profundas mudanças na estrutura do país.

Foi uma década de concretização de muitas ideias e projetos elaborados durante ou após a guerra, de realizações dos campos político, econômico, social e cultural. Período de funcionamento do regime democrático, o que evidentemente permitiu a livre expressão de ideias e o desabrochar da criatividade em todas as áreas do conhecimento (ABREU, 1996, p. 14).

Brasília estava sendo projetada por Oscar Niemeyer; o Cinema Novo deu seus primeiros passos; o teatro brasileiro se renovava em suas temáticas políticas e sociais; a bossa nova dava novas dimensões à música popular brasileira; as ciências sociais, a antropologia, a sociologia e a educação viram a expansão de centros e grupos de estudos dedicados à pesquisa. Marieta de Moraes Ferreira (1996) considera que o “espírito do novo, a vontade de mudança transcenderam as esferas econômica e política e contaminaram o campo das artes e da cultura”, (FERREIRA, 1996, p.143). Em suma, o país estava preparado para mudanças na linguagem da imprensa, sobretudo, porque a sociedade brasileira começava a se alinhar de forma acentuada com os modelos sociais americanos, que marcariam o Ocidente, principalmente, na segunda metade do século XX.

Após a II Guerra Mundial, a imprensa brasileira passou por grandes transformações. Os jornais tornaram-se de fato empresas comerciais detentoras de forte poder econômico e grandes modificações gráficas foram implementadas. Para Alzira



Alves de Abreu (1996), a crise política que levou ao suicídio de Getúlio Vargas pode ser vista como um divisor de águas. “A imprensa, que nos meses que precederam o 24 de Agosto exacerbou a linguagem violenta e apaixonada utilizada no tratamento dos temas políticos, a partir desse acontecimento buscou maior objetividade na construção e transmissão da notícia”, (ABREU, 1996, p. 10).

Também foi na década de 50 que a atividade jornalística começou a se profissionalizar. As faculdades passaram a investir na formação de um novo tipo de jornalistas, voltados, sobretudo, para a informação. Novos jornais foram criados, enquanto outros se adaptaram às novas diagramações. Seria interessante citar alguns deles, como o “Diário Carioca”, que reuniu ao longo dos anos 50 uma promissora equipe de jornalistas e inaugurou o uso do *lead*, e o “Jornal do Brasil”, que teve que se organizar internamente para dar conta do processo de mudança.

De acordo com Sodré (2006), as mudanças ocorridas na “segunda metade do século XX, são de alcance e profundidade muito maiores do que aquelas iniciadas nos fins do século XIX” (SODRÉ, 2006, p.450). As crises são para ele próprias das fases de transição. A crise do capitalismo se dava nas áreas em que ele primeiro se instaurou e se desenvolveu, mas estava em plena ascensão no Brasil. A crise do papel unida aos padrões industriais já adotados, nos quais máquinas cada vez mais modernas precisavam ser adquiridas no exterior, foram fatores que fizeram com que a estrutura dos jornais fosse revista. Não só a necessidade de material tornou-se um desafio, mas também a busca pela mão de obra qualificada, profissional, era um novo padrão a ser seguido.

As mudanças da época são atribuídas em parte à influência norte-americana. Como sugere Alzira de Abreu (1996) ao citar o estudo de Lins da Silva, algumas inovações foram introduzidas por jornalistas que viveram nos Estados Unidos na década de 40, como Pompeu de Souza e Danton Jobim. Nesse contexto, algumas tradições



teriam sido abandonadas: o jornalismo de combate, de crítica, de doutrina e de opinião.

Esse jornalismo de opinião tinha forte influência francesa e foi dominante desde os primórdios da imprensa brasileira até a década de 60. Foi gradualmente substituído pelo modelo norte-americano: um jornalismo que privilegia a informação e a notícia e que se separa o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação (ABREU, 1996, p. 15).

Ao falar sobre quando a objetividade ganha espaço no Brasil, Wedencley Alves (2001) explica dois principais recursos que passam a ser adotados seguindo o modelo norte-americano: o uso do *lead*, “resposta sintética no primeiro parágrafo às questões *o que (what), quem (who), onde (where), quando (when), por que (why) e como (how)* sintetizadas na fórmula 5W + 1H”; e o uso da pirâmide invertida, “organização das informações por ordem decrescente de relevância”(ALVES, op.cit, p.41). Padrões que, quando seguidos, eram tidos como “bom jornalismo”, que denotavam objetividade e precisão (*accuracy*).

Também é importante lembrar que outro movimento ganhou força nos anos 40 e estava presente na realidade da imprensa brasileira. É a chamada “imprensa nacionalista” que, como explica Plínio de Abreu Ramos (1996), se trata dos periódicos nos quais eram veiculadas propostas comprometidas com a defesa dos interesses nacionais brasileiros. O nacionalismo marcava então o “cenário político e ideológico brasileiro principalmente nas discussões sobre o tipo de inserção do país na política internacional, e o modelo e a posição econômica a serem interna e externamente adotados” (RAMOS, 1996, p.62). Mas é preciso deixar claro que o aparecimento de tais jornais está em parte relacionado com o fato de a imprensa de maior prestígio e circulação (eixo Rio-São Paulo) não ter dado espaço aos discursos nacionalistas, pois defendia a participação do capital estrangeiro no país – embora rejeitasse esta mesma receita para o próprio setor de comunicações.



Os suplementos configuraram um espaço aberto às novas propostas e linguagens na imprensa brasileira, mas à medida em que os novos padrões foram sendo assimilados, com a redução de páginas, a objetivação das matérias e o novo planejamento gráfico, tais espaços não se adequavam mais. “Os intelectuais, escritores, poetas e artistas foram cedendo lugar ao jornalista profissional, especializado em resenhar obras recém-editadas” (ABREU, 1996, p.58).

Ao tentar apreender os aspectos da construção do “jornalista moderno”, Flávia Biroli (2010) analisa uma série de textos a partir da década de 40 – como compêndio de normas jornalísticas, manuais de redação, ensaios sobre a profissão – que indicam aspectos relevantes da normatização no jornalismo. Mais que considerar transformações nas técnicas de trabalho jornalísticas no Brasil – com influências claramente norte-americanas –, a autora disserta sobre o disciplinamento do olhar do jornalista. Ao retomar os dispositivos de esquadramento do cotidiano que implicam no disciplinamento de corpos e olhares explicitados por Foucault, Biroli (2010) atenta para que, no que se refere especificamente aos jornalistas, tais dispositivos parecem ser definidores das rotinas de trabalho, mas, sobretudo, de sua subjetividade.

A autora leva em conta que, nos anos 50, de nada valeria a melhor informação se não fosse imediatamente transformada em notícia. Entretanto, ela destaca que o culto à objetividade como ideal a ser seguido pelo “jornalista moderno” ou “novo jornalista” sempre apareceu atrelado ao conceito de vocação profissional do mesmo, algo essencialmente subjetivo.

Os efeitos são interessantes: ao mesmo tempo que o disciplinamento, a rapidez maquinal e a objetividade deveriam estruturar o comportamento do trabalhador (o que implica o império da norma sobre a subjetividade), ele deveria sentir-se imbuído de uma nobre missão para a qual servirá tão melhor quanto maior for sua vocação (o que implica a valorização da subjetividade e da competência jornalística como uma espécie de característica nata) (BIROLI, 2010, p. 207-208).



4. A RELAÇÃO LITERÁRIO E OBJETIVO HOJE

O termo Jornalismo Literário é um termo amplo. Para Pena (s/d), o Jornalismo Literário não se resume somente à extrapolação da redação e o exercício da “veia literária em um livro reportagem”. Para ele, o conceito pode ser entendido como uma estrela de sete pontas:

Significa potencializar os recursos do jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper com as correntes burocráticas do lide, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos (PENA, s/d, p. 7).

O conceito está ainda fundamentalmente ligado a uma questão linguística. “Estamos sempre *empalavrando* o mundo”. (PENA, s/d), p.14). E ao juntar elementos constituintes de dois gêneros, forma-se um terceiro, que também estará sempre sujeito a transformações.

Nos Estados Unidos, nos anos 40, 50 e até início dos 60, o romance era considerado um estilo superior, um “fenômeno psicológico”, nas palavras de Tom Wolfe. Criado em um momento tão hostil, em que a objetividade já era dominante nos periódicos norte-americanos, surge um movimento que quebraria com os padrões incutidos. Em seu famoso ensaio *The New Journalism*, Wolfe expõe as origens e as características do gênero peculiar ao jornalismo americano de 60:

Duvido que muitos dos que irei citar neste trabalho tenham se aproximado do jornalismo com a menor intenção de criar um novo jornalismo, um jornalismo melhor, ou uma variedade ligeiramente evoluída. Sei que jamais sonharam que nada do que escrevessem para jornais e revistas fosse causar tal estrago no mundo literário... provocar pânico, roubar da novela o trono de maior dos gêneros literários, dotar a literatura norte-americana de sua primeira orientação nova em meio século...(WOLFE, 1973, p.9)

Se por um lado, o movimento que surgia, aparentemente desprezioso,



conseguiu quebrar as normas estabelecidas pelo objetivismo da época e disseminar a semente do literário pelo mundo, encantando o público, por outro, vale ressaltar que os ideais de objetividade inseridos no contexto de 50 perduram até hoje e são ensinados desde tal época nas escolas de jornalismo.

Como já foi dito, os anos 50 são um marco na história da imprensa escrita. Da fase considerada “literária”, o jornalismo passa à fase “industrial”, do avanço das técnicas de impressão e de transmissão das notícias. E mais do que questões práticas, o modo de “se fazer jornalismo” mudou drasticamente até se adequar ao dito “padrão” seguido nos dias atuais.

Como considera Edvaldo Pereira Lima (1998), o afã de cobrir quantitativamente os acontecimentos sociais gera uma conseqüente diminuição do espaço ou do tempo disponíveis para cada assunto. Sobra, portanto, cada vez menos lugar para as reportagens e para as grandes reportagens, da mesma maneira em que se torna mais raro o aprofundamento dos assuntos e a elaboração de um texto rico e envolvente.

Ao falar da realidade das redações e do modo de fazer jornalístico, Pena sugere que é dado ao jornalista cada vez menos tempo para escrever as matérias. “Isso sem falar nas dificuldades de apuração, na pressão do chefe, na concorrência, no estresse do cotidiano e em outras peculiaridades do trabalho jornalístico” (PENA, s/d, p.10). O público pretende ser cada vez mais “bem informado”, como sugere Fernando Lattman-Weltman (1996), “mesmo que este *cada vez mais* e este *bem informado* sejam de caráter meramente quantitativo e superficial” (LATTMEN-WELTMEN, 1996, p.167).

O autor expõe que a chamada “objetividade jornalística” tornou-se um critério que define não só a qualidade do texto, mas ainda a própria especificidade do texto jornalístico, suplantando paulatinamente o texto mais literário.



A objetividade jornalística é aqui compreendida como uma espécie de norma que implica na busca de se forjar um texto mais isento e sintético, que transmita a informação, o fato, ou evento de modo mais direto, que, enfim, estabeleça uma espécie de ponte imediata entre a fonte e o receptor da notícia (LATTMAN-WELTMAN, 1996, p.163).

Mais crítico, Alves (2001) afirma que muitos autores, ao discutirem o jornalismo, apresentam uma posição ambígua, negando o pleno alcance da objetividade, mas colocando-a como um ideal a ser perseguido. Discutir objetividade só seria possível quando se imagina um “pensar” ou “dizer” livre de crenças e valores. Porém, ao considerarmos a objetividade como uma questão de linguagem, um efeito discursivo no qual podem ser analisadas certas práticas textuais, aí então podemos analisá-la de forma um pouco mais satisfatória.

5. CONCLUSÃO

Se, como sugere Oswaldo Coimbra (1993), os sentidos humanos, assim como todas as possibilidades de percepção, são essenciais nas narrativas descritivas, logo, as percepções e os julgamentos do autor são indispensáveis na prática jornalística, e têm papel relevante na captação e na redação das reportagens. Sentimos a realidade que vivenciamos, pelo simples fato de estarmos vivos. As impressões são inseparáveis dos indivíduos e cobrem amplamente o campo da realidade. “No entanto, o eventual reconhecimento de subjetividade não anula a procura da exatidão no Jornalismo” (COIMBRA, 1993, p.101).

Ao admitirmos que toda narrativa é um “pronunciamento do autor sobre uma dada realidade”, isentar tal autor de qualquer participação seria, portanto, inviável. “Não se trata da dicotomia ficção ou verdade, mas sim de uma verossimilhança



possível. Não se trata da oposição entre informar ou entreter, mas sim de uma atitude narrativa em que ambos são misturados” (PENA, s/d, p.14). O jornalismo, em seu discurso, dialoga com o Real, mas não é a Verdade. A reprodução da chamada Verdade – tão amplamente discutida em distintos campos de saberes – seria algo inalcançável ao jornalista.

Ser objetivo é um intento que só poderá ser considerado em tese, já que se constata a incapacidade humana de se desvincular de suas crenças, hábitos, costumes e valores. Razão e emoção caminham juntas. “Não há uma separação possível entre mundos percebidos como constitutivos do ser humano” (ENNE, 2007, p.74). Assim, a objetividade nada mais é que um efeito de sentido, um efeito do discurso que obedece a certas práticas textuais. O que não significa fidelidade ao fato ocorrido. Seu efeito é estético, diz respeito à forma, não ao conteúdo. O autor sempre se pronuncia no discurso, que é polifônico e incorpora elementos exteriores, se modificando a todo tempo.

Amoroso Lima (1969) compactua com tal pensamento quando diz:

Há uma realidade só. Cada ser é o que é, independente de nossa representação. Mas podemos ter dessa realidade, única e intransferível, mil espetáculos, mil visões, mil ficções, isto é, mil modos de nos aproximarmos dela, cada um dos quais perfeitamente legítimo. (LIMA, 1969, p. 36).

Conclui-se, dessa forma que separar gêneros como literatura e jornalismo, atribuindo a cada um uma função específica e intransponível, torna-se uma missão impossível. Os gêneros são relativos, transitórios, dinâmicos e em constante transformação.



6. REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves; FERREIRA, Marieta de Moraes; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de Abreu. **A imprensa em transição**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

ALVES, Wedencley. **O discurso da notícia**: o objetivismo jornalístico e seus efeitos. 2001. Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação ao Programa de Pós- Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

BIORLI, Flávia. **Técnicas de poder, disciplinas do olhar**: aspectos da construção do ‘jornalismo moderno’ no Brasil. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010.

COIMBRA, Oswaldo. **O texto na reportagem impressa**. São Paulo: Ática, 1993.

DEMÉTRIO, Silvio Ricardo. **Os limites do devir literatura no jornalismo**. [s.n.t]. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/demetrio-silvio-literatura-jornalismo.pdf>. Acessado em: 10 abr. 2015.

ENNE, Ana Lúcia S. O sensacionalismo como processo cultural. **ECO-PÓS**: revista do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, vol.10, n.2, 2007.

LIMA, Alceu Amoroso. **O jornalismo como gênero literário**. Rio de Janeiro: Agir, 1969.

LIMA, Edvaldo Pereira. **O que é livro-reportagem**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**: a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker, 2001.

PENA, Felipe. **O Jornalismo Literário como gênero e conceito**. [s.n.t]. Disponível em: <http://felipepena.com/wp-content/uploads/2015/03/jornalismo-literario-genero-conceito.pdf>. Acessado em 17 mar. 2015.

RODRIGUES, João Carlos. Prefácio, In: RIO, João do. **Vida Vertiginosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SANTOS, Joaquim Ferreira. **Abaixo o jornalismo bege**. Posfácio, In: WOLFE, Tom. **Radical Chique e o Novo Jornalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SODRE, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.



WOLFE, Tom. **Radical Chique e o Novo Jornalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1973-2005.